

Processo 2014-0.333.301-3 - MIGRAÇÃO DO TPU DOGUEIRO PARA TPU – TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA UTILIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS PARA A VENDA DE ALIMENTO

INTERESSADO: GILVAN VITOR MARCULINO DA SILVA
DESPACHO:

INDEFIRO o requerimento de Termo de Permissão de Uso para comércio de alimentos em vias e áreas públicas, conforme manifestação da Comissão de Avaliação dos pontos de venda de Comida de Rua, solicitado por GILVAN VITOR MARCULINO DA SILVA, através do processo 2014-0.333.301-3, face existência de TPU para dogueiro, em atendimento a Portaria nº 03/14-SMSP (SMSP e SMT), Lei 14.141/06, Lei 15.947/13 e Decreto 55.085/14, com comércio na Alameda dos Guaiases (entre Av. Indianópolis e Av. Irerê), tendo em vista que o requerente não atendeu o comunique-se no prazo legal, para apresentação da seguinte documentação: cópias em nome de Gilvan do contrato social da pessoa jurídica solicitante, devidamente registrado, ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ e do comprovante de inscrição no CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários; comprovante do Cadastro Informativo Municipal – CADIN em nome da pessoa jurídica requerente; identificação do ponto pretendido, contendo croqui do local de instalação e layout dos equipamentos; descrição dos equipamentos em conformidade com a legislação sanitária, de higiene e segurança do alimento, controle de geração de odores e fumaça; atestado medico para auxiliar indicado; declaração de que não é detentor de outro Termo de Permissão de Uso - TPU para comércio de alimentos em vias e áreas públicas.

PROCESSO 2014-0.325.805-4 - MIGRAÇÃO DO TPU DOGUEIRO PARA TPU – TERMO DE PERMISSÃO DE USO PARA UTILIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS PARA A VENDA DE ALIMENTO

INTERESSADO: MARCOS FERRAREZI CLEMENTE
DESPACHO:

INDEFIRO o requerimento de Termo de Permissão de Uso para comércio de alimentos em vias e áreas públicas, conforme manifestação da Comissão de Avaliação dos pontos de venda de Comida de Rua, solicitado por MARCOS FERRAREZI CLEMENTE, através do processo 2014-0.325.805-4, face existência de TPU para dogueiro, em atendimento a Portaria nº 03/14-SMSP (SMSP e SMT), Lei 14.141/06, Lei 15.947/13 e Decreto 55.085/14, com comércio na Rua Botucatu (entre Rua Loeffgreen e Av. Onze de Junho), tendo em vista que o requerente não atendeu o comunique-se no prazo legal, para apresentação da seguinte documentação: formulário padrão devidamente preenchido e assinado; comprovante de residência em nome atualizado em nome do requerente ou de pessoa da família desde que comprovado parentesco; identificação do ponto pretendido, contendo definição do período e dias da semana em que pretende exercer a atividade; croqui do local de instalação e layout dos equipamentos; descrição de categoria e dos equipamentos em conformidade com a legislação sanitária, de higiene e segurança do alimento, controle de geração de odores e fumaça; indicação dos alimentos que pretende comercializar; certificado atualizado do curso de boas práticas de alimentos em nome dos sócios da pessoa jurídica, nos termos da ultima Portaria de COVISA 2011; declaração de que não é detentor de outro TPU.

PROCESSO N.º 2003-1.017.902-1 - SILVIA A C DEL BOSCO

Assunto: Reconsideração de Despacho de Auto de Regularização
DESPACHO:

I - TORNO SEM EFEITO o despacho exarado em tela SISA-COE, Reconsideração de Despacho do Auto de Regularização, publicado em DOC de 26/08/2015, pág. 09, face proposta equivocada de 19/08/2015, pag. 100, conforme manifestação de CPDU, sob fls. 106.

II - Publique-se
III - A SMSP/ATSI para providências junto ao Sistema.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC

DESPACHOS: LISTA 2015-2-221
SUBPREFEITURA VILA MARIANA
ENDEREÇO: RUA JOSE DE MAGALHAES, N 500

2014-0.325.805-4 MARCOS FERRAREZI CLEMENTE
26027858818

INDEFERIDO
O REQUERIMENTO DE TERMO DE PERMISSAO DE USO PARA COMERCIO DE ALIMENTOS EM VIAS E AREAS PUBLICAS CONFORME MANIFESTACAO DA COMISSAO DEAVALIACAO DOS PONTOS DE VENDA DE COMIDA SOLICITADO POR MARCOS FER RAREZI CLEMENTE, ATRAVES DO PROCESSO 2014-0.325.805-4, FACE EXISTENCIA DE TPU PARA DOGUEIRO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 03/14- SMSP(SMSP-SMT) LEI 14.141/06, LEI 15.947/13 E DECRETO 55.085/14, COM COMERCIO NA RUA BOTUCATU (ENTRE A RUA LOEGREEN E AV. ONZE DE JUNHO)TENDO EM VISTA QUE O REQUERENTE NAO ATENDEU O COMUNIQUE-SE NO PRAZO LEGAL.

2014-0.332.509-6 GILBERTO VITOR MARCOLINO DA SILVA

INDEFERIDO
O REQUERIMENTO DE TERMO DE PERMISSAO DE USO PARA COMERCIO DE ALIMENTOS EM VIAS E AREAS PUBLICAS, CONFORME MANIFESTACAO DA COMISSAO DE AVALIACAO DOS PONTOS DE VENDA DE COMIDA, SOLICITADO POR GILBERTOVITOR MARCOLINO DA SILVA, ATRAVES DO PROCESSO 2014-0.332.509-6, FACE EXISTENCIA DE TPU PARA DOGUEIRO MOTORIZADO EM ATENDIMENTO A PORTARIA 03/14-SMSP(SMSP e SMT), LEI 14.141/06, LEI 15.947/13 E DECRETO 55.085/14, COM COMERCIO NA AL. TUPINAS (ENTRE AV. IRERÊ E RUA NEREU RAMOS) TENDO EM VISTA QUE O REQUERENTE NAO ATENDEU O COMUNIQUE-SE NO PRAZOLEGAL, PARA APRESENTACAO DE DOCUMENTACAO

2014-0.333.301-3 GILVAN VITOR MARCULINO DA SILVA

INDEFERIDO
O REQUERIMENTO DE PERMISSAO DE USO PARA COMERCIO DE ALIMENTOS EM VIAS E AREAS PUBLICAS, CONFORME MANIFESTACAO DA COMISSAO DE AVALIACAO DOS PONTOS DE VENDA DE COMIDA DE RUA SOLICITADO POR GILVAN VITOR MARCULINO DA SILVA, ATRAVES DO PROCESSO 2014-0.333.301-3, FACE EXISTENCIA DE TPU PARA DOGUEIRO, EM ATENDIMENTO A PORTARIA 03/14-SMSP(SMSP-SMT), LEI 14.141/06, LEI 15.947/13 E DECRETO 55.085/14, CO COMERCIO NA ALAMEDA DOS GUAIASES (ENTRE A AV. INDIANOPOLIS E AV.IRERÊ), TENDO EM VISTA QUE O REQUERENTE NAO ATENDEU O COMUNIQUE-SENO PRAZO LEGAL.

2015-0.011.536-0 COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SAO PAULO METRO

INDEFERIDO
O PEDIDO DE CERTIDAO DE DEMOLICAO LOCALIZADA NA AV. DOS EUCALIPTOS, 844, CONTRIBUINTE 041.199.0004-5, CONFORME MANIFESTACAO DE SUS/CPDU AS FLS. 61 E 62 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2015-0.011.536-0. NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DO DECRETO 51.714/10, FACE O NAO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE.

2015-0.237.015-4 BAR E MERCEARIA FONTE DA CANA LTDA

DEFERIDO
O PEDIDO DE TPU - TERMO DE PERMISSAO DE USO PARA MESAS E CADEIRAS NA CALCADA(06 MESAS E 12 CADEIRAS), DA EDIFICACAO LOCALIZADA NA RUA BORGES LAGOA, 999, CONTRIBUINTE 042.067.0017-6, CONFORME MANIFESTACAO DE SUS/CPDU AS FLS. 29 E 30 DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2015-0.237.015-4, NOS TERMOS DO DECRETO 36.594/96.

SAPOPEMBA

GABINETE DO SUBPREFEITO

PORTARIA Nº 35/SP-SB/GAB/15.

O Subprefeito de Sapopemba NEREU MARCELINO DO AMARAL, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto 27.814/89, com nova redação dada pelo Decreto 28.006/89

RESOLVE:
1 – AUTORIZAR o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (Cedeca Sapopemba) representada por Rubens Lazarini RG: nº 7.200.847-7 e CPF: nº 0.29.836.588/05 a utilizar a Praça Francisco Tavares Veloso (Praça do Planalto) Rua Torres Florêncio E. Rielle s/nº - Bairro Parque Santa Madalena para realização de evento cultural “PERIFA PAZ em parceria com via sarau e a Secretaria Municipal de Cultura com vídeos, musicas e poesia dia 12 de Dezembro de 2015, das 17h00 às 22h00.

2 – Após o encerramento do evento, a AUTORIZADA compromete-se a entregar o logradouro público inteiramente livre e desimpedido de bens e objetos.

3 – O interessado fica obrigado a:

- a) Não utilizar a área para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria;
- b) Responsabilizar-se pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e coleta de lixo do local, incluindo-se as áreas ajardinadas, no período cedido;
- c) Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos decorrentes de sua ação ou omissão, bem como, por quaisquer danos causados ao Patrimônio Público.

4 – A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da Administração.

PORTARIA Nº 36/SP-SB/GAB/15.

O Subprefeito de Sapopemba NEREU MARCELINO DO AMARAL, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo Decreto 27.814/89, com nova redação dada pelo Decreto 28.006/89

RESOLVE:
1 – AUTORIZAR a União dos Skatistas da Praça Botafogo, representada por Helio de Almeida Pestana RG: nº 30.715.100-1 e CPF: nº 286946728/12 a utilizar a Praça Noêmia de Campos de Sica- na Rua João das Neves s/n - Bairro Jardim Sapopemba, para realização do 4º Campeonato de Skate com atividades culturais como Hip Hop, Rap, Grafite e DJ no dia 13 de Dezembro de 2015, das 09h00 às 19h30.

2 – Após o encerramento do evento, a AUTORIZADA compromete-se a entregar o logradouro público inteiramente livre e desimpedido de bens e objetos.

3 – O interessado fica obrigado a:

- a) Não utilizar a área para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria;
- b) Responsabilizar-se pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e coleta de lixo do local, incluindo-se as áreas ajardinadas, no período cedido;
- c) Responsabilizar-se civil e criminalmente pelos danos decorrentes de sua ação ou omissão, bem como, por quaisquer danos causados ao Patrimônio Público.

4 – A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da Administração.

CULTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO

ADIANTAMENTO CONFORME INCISO I, II E III, ARTIGO 2º DA LEI 10.513/88 – OUTUBRO / 2015.

2015-0.263.368-6. Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06/08/2007, **APROVO** a prestação de contas do Processo de Adiantamento nº 2015-0.263.368-6, em nome de **Fabio Tommasini de Carvalho** referente ao período de 20/10/2015 a 31/10/2015, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

ADIANTAMENTO CONFORME INCISO I, II E III, ARTIGO 2º DA LEI 10.513/88 – NOVEMBRO / 2015

2015-0.303.794-7. Nos termos do disposto no artigo 16, do Decreto nº 48.592 de 06/08/2007, **APROVO** a prestação de contas do Processo de Adiantamento nº 2015-0.303.794-7, em nome de **Fabio Tommasini de Carvalho** referente ao período de 18/11/2015 a 30/11/2015, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – “CAR-NAVAL DE RUA 2016”

2015-0.238.097-4 À vista dos elementos contidos no presente, homologo a decisão da Comissão Especial de Avaliação, instituída conforme o Edital de Chamamento Público publicado no DOC de 05 de setembro de 2015, para, nos termos do Decreto nº 40.384/01, alterado pelo Decreto nº 52.062/10, aprovar a proposta final de parceria apresentada pela **Dream Factory Comunicação e Eventos LTDA, CNPJ nº 04.458.217/0001-09**, consistente na conjugação de esforços e apoio à estruturação e organização do Carnaval de Rua de 2016, na Cidade de São Paulo.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PORTARIA Nº 102/2015/SMC-G

O SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no processo administrativo nº 2015-0.290.259-8, nos termos do item 5.1 do Edital nº 06/2015/SMC-NFC:

RESOLVE:
I- Determinar a composição da Comissão de Seleção dos projetos para desenvolver, em parceria com esta Secretaria, objetivando a Gestão Compartilhada do Centro de Referência da Dança da Cidade de São Paulo:
Augusto José Botelho Schmidt – CPF 581.703.838-20
Andrea Fraga da Silva – CPF 138.358.818-09
Monica Mion Arruda Alves – CPF 694.217.308-87
II- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
III- Encaminhe-se ao Núcleo de Fomentos Culturais para publicação e demais providências cabíveis, em especial para que seja dada ciência aos nomeados.

CENTRO CULTURAL SÃO PAULO

CENTRO CULTURAL - EXPEDIENTE

AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

2015-0.319.370-1 I - À vista dos elementos constantes do presente, com fundamento no inciso I do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/91, na redação conferida pela Lei Federal nº 9.876/99, AUTORIZO a emissão de Notas de Empenho em favor do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, inscrito no CNPJ sob nº 29.979.036/0001-40, para pagamento das despesas de contribuições previdenciárias no exercício de 2016, decorrentes das contratações do CENTRO CULTURAL SÃO PAULO em que haja o fato gerador do tributo, bem assim de juros incidentes em razão do atraso e das suplementações que se fizerem necessárias, referente à prestação de serviços por

contribuinte individual, onerando as dotações orçamentárias descritas à fl. 11, nos valores abaixo discriminados:

Rubrica orçamentária	Valor previsto
25.60.13.392.3001.6353.3390.4700.00	R\$ 1.000,00
25.60.13.392.3001.6354.3390.4700.00	R\$ 91.980,00

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE AHSP/DPH/2015-62

Replicado por conter incorreções no D.O.C. de 02/12/2015, pág. 13

Assunto: Autorização do uso de 17 (dezessete) imagens do Acervo Permanente do Arquivo Histórico de São Paulo

À vista dos elementos constantes do presente, em especial o parecer da Comissão de Avaliação das Solicitações de Materiais Integrantes dos Acervos da SMC, de fls.10 e com respaldo no Decreto 55.823, de 29 de dezembro de 2014 mais precisamente o item 9.6, **AUTORIZO** a cessão de 17 (dezessete) imagens **sem ônus** do Acervo Permanente do Arquivo Histórico de São Paulo/DPH/SMC, para **LUIZA SANTOS NOIA**, CPF 382.284.048-32 e RG 37.946.167-5 ,para uso exclusivo em trabalho final de graduação pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como consta em folhas 05 do expediente..

EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo CME nº 19/04 – Volume VIII (reatuado)
Interessado Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia (Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti)
Assunto Convalidação de estudos e de atos escolares praticados de 2007 a 2013

Relator Conselheiros Hilda Martins Ferreira Piauino e Bahij Amin Aur
Parecer CME nº 445/15
CEB
Aprovado em 26/11/15
II – CONCLUSÃO

Nos termos deste Parecer, convalidam-se os atos escolares praticados pela Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti, mantida pela Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia, bem como os estudos dos seus alunos relacionados das folhas nº 1.812 às folhas nº 2.004 do Protocolo CME nº 19/04 – Volume VIII (reatuado), concluintes dos cursos de Técnico em Análises Clínicas; Técnico em Farmácia; Técnico em Gerência em Saúde; Auxiliar em Saúde Bucal e Técnico em Saúde Bucal, no período de 2007 a 2013.

São Paulo, 19 de novembro de 2015.

Consª Hilda Martins Ferreira Piauino Consª Bahij Amin Aur
Relatora Relator

PORTARIA Nº 7.492 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2.015

Dispõe sobre o Processo de Escolha/Atribuição do Módulo Docente aos Professores de Educação Infantil e de turnos de trabalho aos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, lotados e/ou em exercício nos Centros de Educação Infantil e no Centro Municipal de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

- As disposições contidas nas Leis Municipais 11.229/92, 11.434/93, 13.574/03 e 14.660/07 e alterações;
- O disposto nas Portarias SME:
- nº 6.257/13 - Pontuação dos Professores para escolha/ atribuição;
- nº 5.276/10 - Que dispõe sobre escolha/atribuição de profereores habilitados em concursos de ingresso;
- nº 6.476/15 - Que estabelece critérios para a escolha/ atribuição no decorrer do ano letivo;
- nº 5.930/13 - Programa “Mais Educação São Paulo”;
- nº 6.898/15 - Organização Escolar.
- O estabelecido no Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais;
- A necessidade de se estabelecer critérios que normatizem a escolha/atribuição do módulo docente aos Professores de Educação Infantil e turnos de trabalho aos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil para 2.016.

RESOLVE:

Art. 1º - O Processo Inicial de Escolha/ Atribuição do Módulo Docente aos Professores de Educação Infantil – PEIs e de turno de trabalho aos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil - ADIs, para o ano de 2.016, da Rede Municipal de Ensino, que atuam nos Centros de Educação Infantil – CEIs e nos Centros Municipais de Educação Infantil – CEMEIs, respeitada a classificação obtida por meio da Portaria SME nº 6.257/13, ocorrerá de acordo com as diretrizes contidas nesta Portaria.

Parágrafo Único - Entender-se-á por Módulo Docente o conjunto de vagas de cada Unidade Educacional composto por agrupamentos, destinados à regência, e por vagas no módulo sem regência, destinadas ao suporte da ação educativa.

ESCOLHA/ ATRIBUIÇÃO DE AGRUPAMENTOS E DE VAGA NO MÓDULO SEM REGÊNCIA

Art. 2º - Serão objetos de escolha/atribuição, pelos Professores de Educação Infantil – PEIs, no Processo de que trata esta Portaria, os agrupamentos e as vagas no módulo sem regência, vagos e os disponibilizados em razão de afastamento do regente por período igual ou superior a 15 (quinze) dias, a contar do início do ano letivo.

§ 1º - Os agrupamentos disponibilizados nos termos do caput serão atribuídos na sequência aos demais envolvidos no Processo.

§ 2º - A escolha/atribuição de vaga no módulo sem regência será efetivada somente na inexistência de agrupamentos vagos ou disponíveis para regência.

Art. 3º - As vagas no módulo sem regência, para suporte da ação educativa, estão assim definidas:

- a) 02 (duas) vagas no módulo sem regência, por turno, nos CEIs e CEMEIs com até 15 (quinze) agrupamentos por turno.
- b) 04 (quatro) vagas no módulo sem regência, por turno, nos CEIs e CEMEIs com mais de 15 (quinze) agrupamentos por turno.

Art. 4º - Caberá ao Diretor de Escola, a criação e distribuição pelos dois turnos de funcionamento do CEI, das vagas para o cumprimento da Jornada de Trabalho dos ADIs.

§ 1º - O número de vagas criadas deverá ser suficiente para atender todos os ADIs lotados na UE.

§ 2º - As vagas atribuídas aos ADIs que se encontrarem afastados do exercício de suas funções permanecerão disponibilizadas.

PROFESSORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO

Art. 5º – Terão direito de participar do Processo Inicial de Escolha/ Atribuição, respeitada a ordem de classificação e o disposto no artigo 9º desta Portaria, todos os PEIs e ADIs em exercício em unidades integrantes da SME, inclusive os que estiverem afastados por licença médica, gestante, licença maternidade especial, paternidade, por acidente de trabalho, adoção/guarda de menor, prêmio, nojo, gala, Licenças sem Vencimento - LIP, afastamentos por júri e serviços obrigatórios por lei, para mandato sindical nas entidades representativas dos servidores do magistério municipal e para a Câmara Municipal de São Paulo.

quarta-feira, 9 de dezembro de 2015

§ 1º - A escolha/atribuição efetuada pelos professores cujos afastamentos ultrapassem 15 dias a contar do início do ano letivo será disponibilizada de imediato, sendo na sequência, objeto de oferta aos demais envolvidos.

§ 2º - Na hipótese de cessação dos afastamentos dos professores mencionados no parágrafo anterior, os mesmos assumirão a escolha realizada.

§ 3º - Aos professores que tiverem prejudicada a escolha, em razão do retorno do regente que se encontrava afastado, serão aplicados os dispositivos contidos na Portaria que estabelece critérios para atribuição no decorrer do ano letivo.

Art. 6º - Excetuum-se da participação, de que trata o artigo 5º desta Portaria, os PEIs e ADIs admittidos estáveis e não estáveis que se encontrarem afastados por readaptação/restrição de função em caráter temporário e definitivo, nomeação para exercício de cargos em comissão, afastamentos e licenças sem vencimentos, para mandato sindical nas entidades representativas dos servidores do magistério municipal e para a Câmara Municipal de São Paulo.

Parágrafo Único – Na hipótese de retorno para as funções docentes, do profissional mencionado no caput deste artigo, serão aplicados os dispositivos contidos na Portaria que estabelece critérios para atribuição no decorrer do ano letivo.

Art. 7º - Os professores que, na UE de lotação, remanesce-rem sem atribuição de agrupamentos ou de vagas no módulo sem regência deverão participar das Fases de escolha/atribuição na DRE, e serão encaminhados para outra UE.

§1º - O Professor encaminhado nos termos do disposto no caput deste artigo será considerado naquele momento excedente.

§ 2º – Será oportunizado seu retorno a UE de lotação, desde que, atendidas as seguintes condições:

a) que o interessado esteja ocupando vaga de módulo sem regência na UE de exercício; e

b) a existência de agrupamento ou vaga no módulo sem regência, disponibilizada por período superior a 30 dias.

§ 3º - Havendo mais de um professor nas mesmas condições, terá prioridade o maior pontuado.

§ 4º - Os professores envolvidos serão cientificados da existência de agrupamentos pelo Diretor de Escola, devendo se manifestar de forma expressa quanto ao interesse em permanecer na Unidade de Exercício.

Art. 8º – Ficam dispensados, da atribuição de que trata o artigo anterior, os professores com lotação na UE que se encontrarem afastados em cargos ou funções nas unidades integrantes da SME, em laudo médico temporário, em LIP, em entidades conveniadas, para mandato sindical nas entidades representativas dos servidores do magistério municipal e para a Câmara Municipal de São Paulo.

Parágrafo Único – Na hipótese do retorno do professor afastado, para a regularização da escolha/ atribuição, serão aplicados os dispositivos contidos na Portaria que dispõe sobre a escolha/ atribuição aos professores habilitados no Concurso de Ingresso.

ETAPA DE ESCOLHA/ATRIBUIÇÃO

Art. 9º - O Processo Inicial de Escolha/ Atribuição do módulo docente aos Professores de Educação Infantil – PEIs e de turno de trabalho aos Auxiliares de Desenvolvimento Infantil – ADIs, ocorrerá em dezembro de 2015, de acordo com cronograma a ser publicado pela SME no Diário Oficial Cidade de São Paulo - DOC, envolvendo:

I – Nos CEIs e CEMEIs: os Professores de Educação Infantil e Auxiliares de Desenvolvimento Infantil, efetivos e lotados na UE, conforme o estabelecido no Anexo I, parte integrante desta Portaria;

II – Nas Diretorias Regionais de Educação: os Professores de Educação Infantil efetivos, que remanesceram sem atribuição, os admittidos estáveis, não estáveis e contratados e os Auxiliares de Desenvolvimento Infantil admittidos estáveis e não estáveis, conforme o estabelecido no Anexo II, parte integrante desta Portaria.

Art. 10 – Os Diretores de Escola que efetuaram a pontuação dos profissionais mencionados no artigo 6º desta Portaria deverão apurar o motivo do afastamento e comunicar a DRE, objetivando o cumprimento ao disposto no artigo 18 desta Portaria.

COMPATIBILIZAÇÃO DE CARGOS

Art. 11– Terminado o Processo Inicial de Escolha/Atribuição, os professores que comprovarem a incompatibilidade de horários entre os cargos de acumulação, poderão solicitar no âmbito da Unidade de Lotação, à Chefia Imediata, a alteração da atribuição efetivada nos termos desta Portaria.

§1º - A alteração da atribuição nos termos do previsto no caput será deferida, pelo Diretor de Escola, se forem atendidos os seguintes critérios:

a) atribuição imediata dos agrupamentos que vierem a ser disponibilizados;

b) anúncia dos docentes em exercício no CEI/CEMEI.

§ 2º - Os documentos comprobatórios da incompatibilidade de horários e os pertinentes ao deferimento ou indeferimento do solicitado deverão ser arquivados no CEI/CEMEI para as providências previstas no artigo 23 desta Portaria.

§ 3º - Todas as alterações efetivadas provenientes das solicitações deferidas deverão ser imediatamente informadas à Diretoria Regional de Educação, por e-mail ou memorando direcionado ao Setor responsável pelo Processo de que trata esta Portaria.

§ 4º - Ficam dispensados dos trâmites constantes na alínea “a” do §1º deste artigo, os professores portadores de Laudo Médico.

Art. 12 - Na impossibilidade da compatibilização de horários no âmbito da Unidade de Lotação, o interessado, com a anuência da Chefia Imediata, poderá solicitar alteração de atribuição e remanejamento, no âmbito da própria DRE.

§ 1º - Caberá ao Diretor Regional de Educação a análise e deferimento das solicitações de alteração de atribuição.

§ 2º - Os agrupamentos que eventualmente vierem a ser disponibilizados em virtude do remanejamento do regente deverão ser atribuídos de imediato.

§ 3º - O remanejamento terá efeito até o final do ano letivo ou enquanto perdurar a necessidade de regência, ficando mantida a Unidade Educacional de Lotação.

Art. 13 - Constatada a impossibilidade de remanejamento previsto nos artigos 11 e 12, o interessado poderá solicitar, na DRE de lotação, alteração de atribuição entre Diretorias Regionais de Educação, devidamente fundamentadas até o último dia útil do mês de fevereiro.

§ 1º - O remanejamento do professor para o exercício em DRE diversa da de lotação será devido se forem atendidas as seguintes condições:

a) anuência da Chefia Imediata quanto ao remanejamento do professor.

b) anuência do Diretor Regional de Educação da DRE de lotação.

c) atribuição imediata da regência do agrupamento que vier ser disponibilizado.

d) comprovada da necessidade de regência de agrupamento na DRE de acomodação.

§ 2º - Atendidas as condições previstas no parágrafo anterior caberá ao Diretor Regional de Educação, a análise e deferimento das solicitações de alteração de atribuição.

§ 3º - O remanejamento entre DREs terá efeito até o final do ano letivo ou enquanto perdurar